

RECENSÃO

Susana Oliveira Jorge, *Domesticar a Terra. As Primeiras Comunidades Agrárias em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1999

A Professora Doutora Susana Oliveira Jorge, da Faculdade de Letras do Porto, considerada especialista da Pré-história recente, reconhecida nacional e internacionalmente, aproveitou o ensejo do III Congresso de Arqueologia Peninsular, recentemente reunido em Vila Real, para apresentar um novo livro, intitulado *Domesticar a Terra. As Primeiras Comunidades Agrárias em Portugal*, editado pela Gradiva.

A obra, se podemos filiá-la nalguma corrente, é na da Arqueologia primeiramente chamada estruturalista e simbólica, depois, contextualista e, ultimamente, interpretativa.

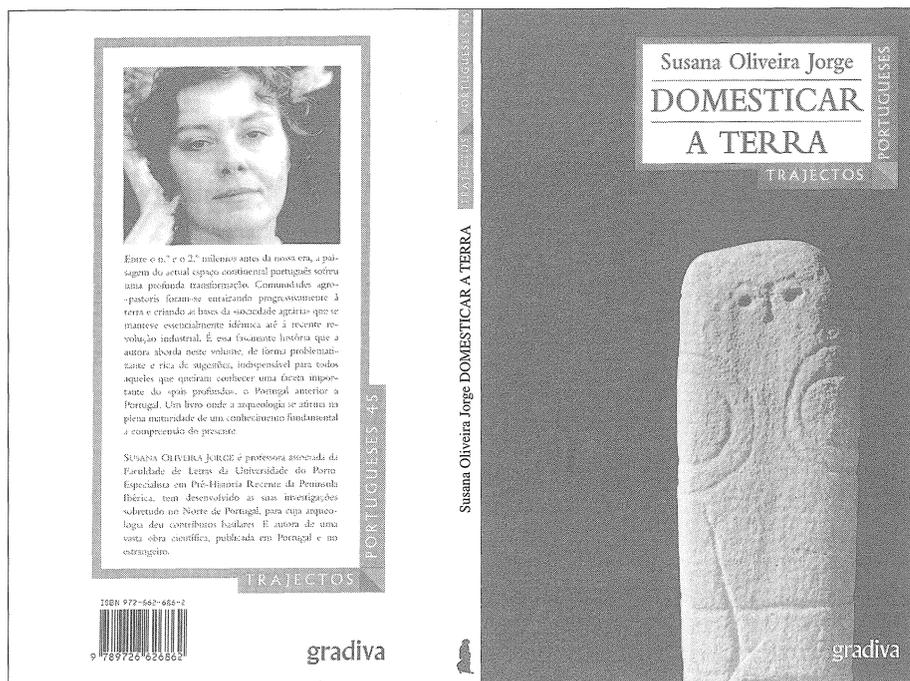
Interessa-se esta corrente mais pelas diferenças do que pelas semelhanças entre as culturas. E é um panorama de diferenças o que, em primeiro lugar, este livrinho nos apresenta: de norte a sul, a Pré-história recente portuguesa, do Mesolítico à Idade do Bronze, é extremamente diversificada.

É certo que a Arqueologia histórico-culturalista se interessava já (e se interessa ainda, porque o paradigma não está esgotado) pelas diferenças. Mas pelas diferenças de forma, que correspondem eventualmente a diferenças de funções, não de significados. Ora, o que à Prof.^a S. O. Jorge interessa, não são as diferenças de formas e funções por elas mesmas, mas de significados. Como escreveu Barthes, a História, presentemente, escreve-se sobre o signo do significado. Aí reside a grande diferença entre a Arqueologia histórico-culturalista, com o seu pendor para a taxinomia das formas e a classificação em culturas, a Arqueologia processualista, com o seu funcionalismo, válido mas demasiadamente estreito para explicar cabalmente a cultura material, e a Arqueologia contextualista.

É certo que, procurando nós uma diferença entre função e significado, nos podemos achar, quando aprofundamos o assunto, algo confundidos. A função remete-nos para a serventia que os objectos tinham (uma mó servia para moer), enquanto a pesquisa dos significados nos encaminha para a investigação das estruturas sociais, dos projectos de acção, das atitudes e das ideias.

A Prof.^a S. O. Jorge não examina, nesta sua obra, objectos, no sentido de coisas transportáveis, como cerâmicas, mas monumentos, no sentido lato de construções que o homem implanta na paisagem. E vê neles meios de os homens se assenhoriarem, se apoderarem da terra. Se a sedentarização precedeu a monumentalização, ou esta antecedeu aquela, é problema mal posto, porque o que houve foi uma determinação ou causalidade recíproca, que faz com que as duas coisas tenham caminhado a par uma da outra.

A ideia unitária desta obra, em última análise colhida de Renfrew, é que os homens tomaram posse da terra construindo monumentos. Mas tomar posse da terra não é fenómeno que se insira, ou se insira apenas, no plano das relações do homem com a natureza. Tomar posse da terra, para um grupo, é excluir dela outros grupos, é constituir a sua identidade



social. Por isso a tomada de posse da terra se insere no plano das relações sociais entre grupos. Mas tomar posse da terra através de um monumento funerário megalítico não é a mesma coisa que tomar posse dela através de uma “fortificação” calcólfica. A selecção do tipo de monumento que se adopta para tomar posse da terra não é explicável senão por diferentes estruturas sociais ou mentalidades. Uma sociedade linhagística “domestica” a terra através de monumentos funerários muito visíveis na paisagem, enquanto uma sociedade mais complexa investe em fortificações e oculta os seus mortos. Mas a correlação, obviamente, não é linear, unívoca, transcultural, generalizável sem atenção aos contextos.

Começa a história no Mesolítico e no Neolítico Antigo, justamente abordados em conjunto, porque não se trata de dois horizontes cronológicos diferentes: pelo menos os últimos mesolíticos e os primeiros neolíticos foram contemporâneos. A questão de uma origem alógena do Neolítico é, evidentemente, crucial, chamando a autora a atenção para a continuidade observável entre o Mesolítico do 7º milénio e o Neolítico do 6º e para a ausência de provas conclusivas de grupos intrusivos no território português no horizonte de transição. A monumentalização da paisagem, com a construção de alguns menires e cromeleques, teria começado no Neolítico Antigo evolucionado, segundo alguns autores que atribuem a esses monumentos a função de marcarem simbolicamente o espaço. As objecções da Prof.ª S. O. Jorge são pertinentes.

O Alentejo protagonizou, no território português, a emergência do primeiro fenómeno sepulcral de tipo monumental, que, na segunda metade do 5º. milénio e em particular nos seus finais, se generalizou a todo o território português com excepção da Estremadura, acompanhando a construção de menires e cromeleques. Mas, como adverte a autora, talvez estes monumentos não sejam, por toda a parte, indicadores dos mesmos níveis de intensifi-

cação económica e das mesmas formas de territorialização. Aliás, no Neolítico Final, à escala global do território, é visível uma grande heterogeneidade arquitectónica e ritual, para não falar dos povoados, nos quais, também à escala nacional, a variabilidade é extremamente acentuada. “À escala de um país parece não haver padrão”.

O que ficou por examinar (ou terá sido examinado sem que a autora tenha julgado oportuno comentá-lo?) é se há homogeneidade à escala regional. Isso não seria incompatível com a variabilidade à escala nacional. Existem regiões inteiras sem povoados, pelo menos de momento conhecidos; outras, como o Alentejo, onde há extensos povoados. Corresponderá esta diversidade a regiões com diferentes níveis de actividade produtora e de integração social? A um Alentejo de população mais sedentarizada, mais evoluída economicamente, mais integrada? A um Centro e um Norte de populações de maior mobilidade e actividade pastoril predominado sobre a agrária? Santuários de ar livre, talvez mais consentâneos com uma população pastoril de grande mobilidade, são mais frequentes no Norte, embora no Sul se possam citar os de Arronches e do Escoural.

O Calcolítico e o Bronze Antigo e Médio são também tratados globalmente, talvez com menos justificação. Os espaços sepulcrais tornam-se, com excepção do Alentejo, cada vez mais invisíveis. Mas esta variável de visibilidade/invisibilidade em que hoje tanto se insiste não deve fazer-nos esquecer uma outra variável: são os enterramentos dispersos ou concentrados em necrópoles? Que significado tem esta diversidade em termos económico-sociais? A grande necrópole de Atalaia e as pequenas necrópoles da Casinha Derrubada e do Tapado da Caldeira significam, na sua diversidade formal, diferentes organizações sociais? Sem dúvida.

De uma autora responsável pelas escavações do Castelo Velho de Freixo de Numão não poderíamos deixar de esperar uma posição sobre o significado social dos recintos fortificados calcolíticos. Aparentemente, diz a Prof.^a S. O. Jorge, estamos perante um universo polimorfo, dificilmente categorizável ou redutível a uma só interpretação sobre as respectivas funções sociais. Mas tais recintos sugerem a formação de territórios cada vez mais circunscritos, fechados e de sociedades plenamente agrárias e sedentárias, sem prejuízo de intercâmbios ou de pactos sócio-políticos entre territórios que nos inícios da Idade do Bronze são visíveis na circulação de itens metálicos.

O livro deve ser saudado como uma síntese original e estimulante da Pré-história recente de Portugal, síntese à qual falta, talvez, a presença dos deuses, como se os homens tivessem construído sem eles as paisagens e as suas relações sociais. A Prof.^a S. O. Jorge, que já nos havia dado uma síntese no vol. 1 da *Nova História de Portugal*, não se repete nesta outra, escrita nove anos depois. É um novo discurso, de alguém que vê as coisas de outra forma, um discurso alternativo, que não rejeita o anterior, mas compreende que a complexidade da história acontecida só pode entender-se assumindo diferentes perspectivas. Não é um livro definitivo, porque não se produzem obras de síntese definitivas; mas é um livro panorâmico, que tanto serve de introdução a quem quer começar a investigar, como de conclusão provisória a quem pretenda ter da Pré-história recente portuguesa uma visão global. É um livro interpretativo e explicativo, assente todavia numa considerável erudição.

A autora produziu uma excelente obra que vai ser certamente um êxito editorial. É uma obra que ninguém pode desconhecer nem, no futuro, deixar de citar.

Jorge de Alarcão

*Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra.
Instituto de Arqueologia*